



RELATÓRIO DE 2007

Técnicos de Contas denunciam sete suspeitas de crime por semana

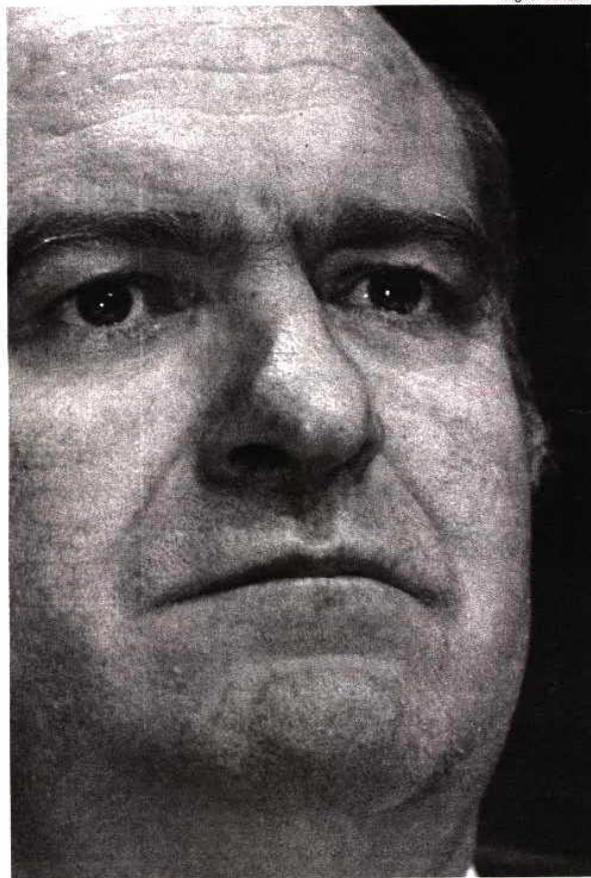
Ministério Público recebeu 379 casos com indício de crime em 2007

João Maltez

jmaltez@mediafin.pt

O Ministério Público (MP) e a Direcção Geral de Impostos (DGCI) receberam, em conjunto, no ano passado, um total de 814 participações – a uma média de sete por semana em cada uma das instituições – referentes a alegados crimes de cariz público ou a irregularidades fiscais detectadas na contabilidade de empresas. Muitos dos casos, comunicados pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), foram mesmo considerados passíveis da abertura de processos-crime, segundo avançou ao Jornal de Negócios o presidente deste organismo, Domingues de Azevedo, tendo por base as notificações recebidas do MP.

Falta de declaração de inventário, números de identificação fiscal falsos ou tentativas de fuga ao fisco, nomeadamente através da não declaração de IVA, estão entre as situações encontradas com maior frequência por parte dos técnicos de contas. Estes profissionais estão obrigados, pelo respectivo estatuto deon-



Miguel Baltazar

Domingues de Azevedo | O presidente da CTOC diz que o número de irregularidades participadas foi idêntico nos dois últimos anos.

tológico, a comunicar, através da respectiva Câmara, as irregularidades detectadas ao Ministério Público, à DGCI ou à Polícia Judiciária.

De acordo com os números avançados no Relatório e Contas de 2007 da CTOC, tornado público no final deste mês, aquele organismo elaborou e remeteu ao Ministério Público 379 participações, o que correspondeu, em média, por semana, a sete casos com indício de prática de crime público. Já relativamente aos processos “suspeitos” enviados para a Direcção Geral de Contribuições e Impostos, estes ascenderam a 435. Ou seja, o equivalente a oito participações por semana.

Foi também de 435 o total dos pedidos de escusa de validação das contas de igual número de empresas. Esta é igualmente uma situação prevista no estatuto deontológico dos associados da CTOC, quando estes não queiram ver o seu nome associado a um documento contabilístico, face à suspeita de irregularidade.

Segundo Domingues de Azevedo, o número relativo às

CASOS E QUEIXAS

· **Situações mais comuns**

Não declaração de inventário, números de identificação fiscal falsos e tentativas de fuga ao fisco.

· **Ministério Público**

Em 2007, a CTOC fez 379 participações ao Ministério Público.

· **Direcção-Geral dos Impostos**

No mesmo ano, remeteu 435 casos para a DGCI.

participações feitas em 2007 foram muito idênticos aos do ano transacto. Contudo, para aquele dirigente, “nota-se que os profissionais estão mais fidelizados ao cumprimento das recomendações que o estatuto lhes impõe”.

O presidente da CTOC evidencia que, ao contrário do que acontece com o Ministério Público que notifica a instauração de processos-crime, tendo algumas participações chegado mesmo a tribunal, do lado da DGCI, o “feedback” é inexistente.



TÉCNICOS DE CONTAS

**TOC denunciam sete
suspeitas por semana**

O Ministério Público e a Direcção-Geral de Impostos receberam, no ano passado, 814 participações referentes a alegados crimes de cariz público ou irregularidades fiscais. **Pág. 25**